

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

Pedro Henrique Máximo Pereira
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M521 Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2 /
Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-491-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.914212009>

1. Planejamento urbano e regional. I. Pereira, Pedro
Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 711

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O ambiente de crise deixado pela pandemia da COVID-19 anuncia, como resposta direta a ele, um forte retorno do Planejamento Urbano e Regional como prática central para a viabilização de saídas possíveis para os mais diversos territórios e escalas territoriais. Sua revalorização está em curso após uma década marcada pela prática distendida, esgarçada e pouco ressonante de Planejamento, provocada pelo agravamento do neoliberalismo, no Brasil e na América Latina.

O segundo volume do livro “Melhores práticas em Planejamento Urbano e Regional”, publicado no contexto da pandemia pela Atena Editora, visa contribuir com tal debate e reforçar o ambiente de valorização das boas práticas de Planejamento. Ele é composto por onze capítulos. Em seu conjunto de debates há uma diversidade de temas, regiões e cidades do Brasil e América Latina. Também é diversa a origem de seus autores, fato que dá pluralidade às abordagens aqui organizadas.

O Planejamento Urbano e Regional, vale salientar, é essencialmente um campo de reflexões, investigações e práticas inter, multi e transdisciplinar. Conta com a cooperação e a colaboração de diversas áreas do conhecimento que emprestam, além de seus conceitos, seus métodos diagnóstico-analíticos e prático-propositivos. Almeja, em síntese, compreender o território, levantar seus dilemas, destacar seus problemas, revelar suas potencialidades e traçar, por meio de um conjunto de prioridades amplamente debatido, futuros possíveis visando o bem comum, coletivo e social. Deste modo, o Planejamento é um campo de tensões políticas por natureza, pois lida com diversos interesses e setores da sociedade, além de enfrentar questões emergentes e persistentes nas áreas urbanas e regiões.

Assim sendo, soma-se às desigualdades historicamente fabricadas nas cidades brasileiras e latino-americanas e às incertezas econômicas deixadas pelos eventos globais de 2008-2009 e suas repercussões até o presente, o agravamento das questões ambientais e sanitárias descortinados pela pandemia. Já é consenso que a pandemia não somente trouxe novos problemas, mas agravou os já existentes, tornando mais visíveis suas inequívocas violações à condição humana.

Neste volume, como resposta a este panorama, o leitor e a leitora encontrarão, com forte tom crítico e propositivo, trabalhos que expõem reflexões sobre a Mobilidade Urbana, Infraestruturas, Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Migração, Espaço Público, Patrimônio Cultural Edificado, Expansão Urbana, Exclusão e Desigualdade Socioespaciais, Metropolização, Diversidade Regional, Cidades Médias e, por fim, o papel do Projeto e do Redesenho de Áreas Preexistentes. Estes temas são debatidos a partir de cidades e regiões do Brasil, Caribe, Peru e México, perfazendo um importante e diverso conteúdo, talvez panorâmico, para o Planejamento Urbano e Regional destes países latino-americanos.

Estimo a todos e todas excelente leitura!

Pedro Henrique Máximo Pereira

SUMÁRIO


CAPÍTULO 1..... 1

A MOBILIDADE URBANA COMO DIREITO EFETIVO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA SUSTENTÁVEL EM UM RIO DE JANEIRO PÓS-OLÍMPICO

Diego Sebastian Carvalho de Souza

Ricardo de Freitas Cabral

Ricardo José Pereira Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120091>

CAPÍTULO 2..... 11

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS EM BORDES COSTEIROS: ASPECTOS HISTÓRICOS DA CIDADE DO PANAMÁ E SEU CANAL / CARIBE

Carlos Andrés Hernández Arriagada

Guilherme Alexandre Gallo Cavenaghi

Mariana Ragazzi Mendes

Eduardo Riffo Durán

Nicolás Parra Urbina

Paulo Roberto Correa

Luis Rogério Pupo Gonçalves

Raquel Ferraz Zamboni

Paula von Zeska de Toledo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120092>

CAPÍTULO 3..... 33

QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSERIDA NO PLANEJAMENTO URBANO

Paula Scherer

Mariela Camargo Masutti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120093>


CAPÍTULO 4..... 41

IMPLEMENTACION DE INDICADORES PARA EL ESTUDIO DEL SISTEMA DE GESTION DE RESIDUOS SOLIDOS DE LA MUNICIPALIDAD DE ILO

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maryluz Cuentas Toledo

Osmar Cuentas Toledo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120094>

CAPÍTULO 5..... 51

A INFLUÊNCIA DOS MIGRANTES NA FORMAÇÃO URBANA DE SALVADOR


Roberto Pereira de Souza Filho

Liamara Xavier Sena

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120095>

CAPÍTULO 6.....	66
EVALUACIÓN DE LAS OBRAS CIVILES EN LOS ESPACIOS PÚBLICOS DEL CENTRO HISTÓRICO DE LA CIUDAD DE PUNO	
Christian Antony Morales Zamalloa	
Maryluz Cuentas Toledo	
José Luis Morales Rocha	
Daniel Quispe Mamani	
Osmar Cuentas Toledo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120096	
CAPÍTULO 7.....	82
EXPANSÃO URBANA E EXCLUSÃO TERRITORIAL: A OCUPAÇÃO DO JARDIM CAMPOS VERDES NA CIDADE DE CAMBÉ/PR	
Jéssika Vieira Marques	
Sandra Maria Almeida Cordeiro	
Caroline Berger de Paula	
Léia Aparecida Veiga	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120097	
CAPÍTULO 8.....	94
ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU-SE	
Danillo Felix de Santana	
José Carlos Santos Cunha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120098	
CAPÍTULO 9.....	106
ESTUDIO SOCIOECONÓMICO COMPARATIVO POR REGIONES DEL ESTADO DE OAXACA, MÉXICO	
Ana Luz Ramos-Soto	
Jovany Arley Sepúlveda Aguirre	
Ana Mi Gómez Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9142120099	
CAPÍTULO 10.....	126
GEORG SIMMEL E A REFLEXÃO SOBRE O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS	
Simone Pereira da Costa Dourado	
Maria Isabel Trivilin	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.91421200910	
CAPÍTULO 11.....	145
REDESENHO URBANO EM FEIRA DE SANTANA- BAHIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO BAIRRO DA MANTIBA	
Daianny Teles Gomes Cordeiro Ismerim	
Marília Moreira Cavalcante	

Ana Licks Almeida Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.91421200911>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	160
ÍNDICE REMISSIVO.....	161

QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSERIDA NO PLANEJAMENTO URBANO

Data de aceite: 02/09/2021

Data de submissão: 06/08/2021

Paula Scherer

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Santa Maria – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2682575980078780>

Mariela Camargo Masutti

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
Cruz Alta – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/6987852421241812>

RESUMO: Frente à crise socioambiental existente em inúmeras cidades brasileiras, ações voltadas à educação ambiental são fundamentais para que população assuma uma posição consciente e contribua para o desenvolvimento sustentável. Para isso, são necessárias ações de planejamento urbano que considerem a dimensão sistêmica e se orientem pela participação social. Nesse âmbito, o objetivo deste trabalho é apresentar a relevância das práticas de educação ambiental na gestão urbana sustentável, com a investigação da inserção da educação ambiental em diferentes cidades do país. Como resultado, é evidente o potencial das ações de educação ambiental no planejamento urbano que prioriza a qualidade de vida. Verifica-se que a educação ambiental é favorecida pelo diálogo aberto no planejamento de políticas públicas, sendo efetivada através da ação conjunta das diferentes instituições governamentais.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Ambiental; Planejamento Urbano; Sustentabilidade; Gestão Ambiental.

QUALITY OF LIFE IN CITIES: ENVIRONMENTAL EDUCATION INSERTED IN URBAN PLANNING

ABSTRACT: Due to the socio-environmental crisis that exists in many Brazilian cities, actions aimed at environmental education are essential for the population to assume a conscious position and contribute to sustainable development. For this, urban planning actions that consider the systemic dimension and are guided by social participation are necessary. In this sense, the objective of this work is to show the relevance of environmental education practices in sustainable urban management, through the investigation of the insertion of environmental education in different cities in the country. As a result, the potential of environmental education actions in urban planning that prioritizes quality of life was evident. It is visible that environmental education is supported by open dialogue in the planning of public policies, being carried out through the joint action of different government institutions.

KEYWORDS: Environmental Education; Urban Planning; Sustainability; Environmental Management.

1 | INTRODUÇÃO

As políticas de gestão ambiental são elaboradas através de metas e objetivos que visam a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Elas caracterizam-se por criar um compromisso estatal ou privado (AQUINO, GUTIERREZ, 2012). A gestão ambiental, entretanto, além de demandar a iniciativa privada ou pública para adaptação às exigências das políticas públicas, necessita de mudanças culturais para que seja possível atingir os padrões sustentáveis globais (HJORT; PUJARRA; MORETTO, 2016). Uma destas mudanças, certamente, é a ampla participação popular na tomada de decisões que competem ao meio público. Conforme Jacobi (2003), para que a população participe ativamente no processo decisório, é necessária a promoção do crescimento da consciência ambiental.

A reestruturação nas formas de pensar o planejamento urbano e ambiental contemplando a participação popular e a transdisciplinaridade é essencial para que seja possível estudar o espaço urbano de maneira sistêmica (LAPA et al., 2018). A educação ambiental, nesse âmbito, é um instrumento necessário para fomentar a discussão social sobre a qualidade de vida e sustentabilidade no desenvolvimento urbano. Para tanto, através deste trabalho, objetiva-se fazer um estudo acerca da importância da educação ambiental na gestão das cidades e no planejamento urbano, visto seus impactos na qualidade de vida, com apoio de publicações que versam sobre a educação ambiental nas cidades brasileiras.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho é baseada na revisão da literatura que trata da temática em questão. Primeiramente, pesquisou-se a relevância da educação ambiental na gestão urbana, tendo em vista os problemas socioambientais atuais e suas origens. Em seguida, foi realizado o levantamento de pesquisas que abordam práticas de educação ambiental voltadas ao planejamento urbano brasileiro, através de uma revisão sistemática da literatura.

O levantamento da literatura, conforme estabelecido no Quadro 1, ocorreu através do Portal de Periódicos Capes, sendo utilizadas as palavras-chave “educação ambiental” + “planejamento urbano”. Foram refinados resultados em português e uma limitação a artigos. A busca, realizada em 11 de julho de 2021, resultou em um total de 35 publicações. Foram selecionados 5 trabalhos aderentes.

Fases da revisão sistemática	Fases da pesquisa de artigos que versam sobre a presença da educação ambiental no planejamento urbano
Definição da base de dados utilizada	Portal de Periódicos Capes
Seleção das palavras-chave	As palavras-chave utilizadas foram: “educação ambiental” + “planejamento urbano”.
Tipos de documentos	Artigos científicos publicados em português.

Critérios de exclusão	Foram excluídos trabalhos que não abordaram a presença da educação ambiental no planejamento urbano de cidades brasileiras ou na gestão das mesmas.
Seleção inicial de trabalhos	Após da leitura dos resumos e garantia do acesso íntegro aos artigos, sobraram 11 de um total de 35 publicações.
Avaliação dos trabalhos aderentes	A partir leitura dos artigos inteiros restaram 5 trabalhos que se enquadram no objetivo da revisão sistemática. Houve a investigação dos trabalhos aderentes através de um quadro onde foram reunidas as informações que incluem: autoria; ano de publicação; título do trabalho; e resumo sintetizado.

Quadro 1: Fases de desenvolvimento da revisão sistemática.

Fonte: Autoras, 2021.

3 | RESULTADOS

O crescimento das cidades nos países subdesenvolvidos ou “em desenvolvimento” ocorre através de duas frentes: uma delas é a frente abastada, que usa de seu poder para escolher onde irá morar bem como trabalhar. A segunda é a frente carente, que fixa moradia em locais próximos a oportunidades de trabalho, onde os custos de vida são conciliáveis com o seu rendimento. Ambas costumam entrar em conflito e os resultados do antagonismo de classes são as ocupações de áreas que deveriam ser preservadas e locais de risco (VILLAÇA, 2001). Como consequência dessas ocupações há a degradação das condições de vida que apontam uma crise ambiental (JACOBI, 2003).

Para que os problemas ambientais atuais sejam minimizados é necessário estimular a consciência ambiental. Essa consciência deve ser centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores éticos e morais, sendo orientada para o desenvolvimento sustentável (MONTEIRO, 2020). Salienta-se, aqui, que existe uma forte correlação entre educação e o saneamento ambiental, o que evidencia a relevância de práticas de educação para o desenvolvimento e qualidade de vida da população (LOPES et al., 2020).

A educação ambiental faz parte de ementas educacionais desde a década de 1970, mesmo nos casos em que privilegiava o modelo tecnicista disciplinar. Esse modelo objetivava facilitar o caminho informacional para a aprendizagem efetiva, entretanto, dificultava a integração da educação ambiental às demais áreas do ensino. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD) foi fundamental para melhorar esse cenário: a educação ambiental passou a assumir uma postura em que as dinâmicas multidisciplinar e interdisciplinar sobre o indivíduo e o ambiente deveriam ser incorporadas à formação ambiental (LAPA et al., 2018).

Dentre as funções da educação ambiental, há a disseminação de informações a diferentes públicos. Um deles é formado por agentes públicos, como técnicos, gestores e conselheiros de meio ambiente. Além de fornecer ferramentas para gerir os recursos ambientais, a educação ambiental fortalece uma cultura de maior participação social na gestão pública (INEA, 2014). Compiani (2001) ainda salienta que a educação ambiental

é individual e coletiva, tendo a função de formar cidadãos conscientes que respeitam a autodeterminação dos povos. Além disso, ela corresponde a um ato político, baseado em valores para a transformação social (COMPIANI, 2001).

Visto a sua importância socioambiental, diversas atividades ecológicas e práticas de educação ambiental tem sido organizadas e realizadas por instituições de ensino, sendo que empresas e outros órgãos já auxiliam no processo. Consequentemente, os cidadãos são capazes de atuar com a complexidade das realidades citadinas (BONATTO et al., 2013). No contexto da disseminação de informações referentes à sustentabilidade, que buscam a geração de hábitos e opiniões a fim de interferir de forma crítica no modelo de desenvolvimento vigente, os estabelecimentos de ensino e os educadores entram na discussão como mediadores dessas reflexões (LAPA et al., 2018).

Para se ter um panorama de atividades e práticas de educação ambiental associadas ao planejamento urbano de municípios brasileiros, foram levantadas publicações científicas que versam sobre o assunto, destacando as de Farias et al. (2020), Seara, Gonçalves e Amedomar (2013), Teixeira e Martins (2020), Ottoni et al. (2011) e Brandão e Bueno (2018). A pesquisa de Farias et al. (2020), por exemplo, aborda políticas públicas de gestão ambiental em uma área urbana de Castanhal, na Amazônia. No estudo, é realizada a coleta de dados através de pesquisas bibliográficas e de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a dois técnicos representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e dois representantes da Sociedade Civil. Os autores destacam que os setores de educação ambiental e de fiscalização apresentam bastante participação na gestão ambiental. No município, foi desenvolvido o projeto “Transformando em Arte e Sustentabilidade” que atua com comunidades e escolas para proporcionar aprendizado, multiplicando ações beneficentes à sociedade e às futuras gerações.

Seara, Gonçalves e Amedomar (2013), em sua publicação, através do caráter exploratório, objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema da destinação final dos resíduos sólidos urbanos, com apoio do levantamento bibliográfico. Quanto à cidade de Curitiba, os autores destacam o programa “Lixo que Não é Lixo”, iniciado em 1989, que compreende uma coleta seletiva que atinge praticamente 100% da cidade. Os materiais coletados são enviados para a Usina de Valorização de Rejeitos (UVR), administrada pelo Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC). A educação ambiental é desenvolvida na UVR, havendo a sensibilização aos visitantes quanto à importância da reciclagem, onde uma educadora ambiental esclarece todas as dúvidas. No local, as crianças podem assistir a aulas que ilustram como a questão é levada a sério em Curitiba.

Na pesquisa de Teixeira e Martins (2020) é estudada a área central de Lavras, em Minas Gerais, fazendo comparações a respeito dos níveis de conforto térmico encontrados na Rua Francisco Sales (Figura 1). Os autores analisam a legislação local, através do Plano Diretor de Lavras, que conta com diretrizes pontuais para a preservação ambiental. É enfatizado que o Plano promove a educação ambiental nas escolas, com foco para a

preservação de recursos ambientais locais. Além disso, o Plano Diretor do Município prevê ações de preservação do patrimônio ambiental, que incluem o incentivo da criação de Unidade de Conservação de uso indireto no Parque Ecológico Quedas do Rio Bonito, que tem potencial como centro de pesquisa e educação ambiental. Quanto ao patrimônio natural, o PROPAR (Programa de Paisagismo e Arborização Urbana), previsto por lei, pontua a necessidade de preservação de árvores. Nesse âmbito, foi prenunciada a divulgação de cartilhas que apresentam as espécies consideradas imunes ao corte, para os alunos da rede municipal de ensino.



Figura 1: Mapa de Lavras com demarcações na Rua Francisco Sales (cor laranja) de vegetação viária (cor amarela), vegetação em espaço privado (cor rosa), vegetação de praças (cor verde) e ausência de vegetação em equipamento público (cor vermelha).

Fonte: TEIXEIRA e MARTINS, 2016, através do GOOGLE EARTH.

O estudo de Ottoni et al. (2011), por sua vez, trata da outorga do direito de uso dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte, com o objetivo de propor estratégias de aperfeiçoamento do processo de emissão de outorga do direito de uso de água. Para a realização da pesquisa foram efetuados estudos bibliográficos e entrevistas com técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (SEMARH) e do Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte (IGARN). Quanto à importância da educação ambiental, dois entrevistados destacam que a SEMARH vem tentando instituir uma política onde o eixo central é a campanha de estímulo à outorga, explicando quais documentos são necessários e qual é a importância desse instrumento. A ideia, portanto, é estimular as pessoas a darem entrada ao processo. Ottoni et al. (2011) destacam que, a partir a análise dos dados e informações obtidas, houve

proposição de recomendações que incluem realizar campanhas de educação ambiental para esclarecimento da importância da solicitação da outorga, considerando os grandes usuários de água e também os pequenos. Outra recomendação diz respeito à Criação de uma central de atendimento onde os usuários possam receber informações sobre seu processo.

Por fim destaca-se a pesquisa de Brandão e Bueno (2018), que aborda a acessibilidade com foco nos programas municipais de urbanização de favelas em São Paulo e Rio de Janeiro (de 1996 a 2012). Conforme os autores, houve a ampliação, no século XXI, de ações de urbanização de assentamentos precários e que envolvem a regularização fundiária em inúmeros municípios do Brasil. No estudo, é analisado o Programa Santo André Mais Igual (1998 a 2003); o Programa Guarapiranga (1995 a 2000) – ou Programa Mananciais, instituído em 2005; o Programa Favela-Bairro (1994 a 2000); e o Programa Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais – Morar Carioca, instituído em 2012. Conforme salientam os autores, se comparados entre si, eles assemelham-se, dentre outros aspectos, por promoverem a educação ambiental, destacando a necessidade de proteção de encostas e eliminação das áreas de risco.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações corretivas são necessárias na gestão urbana e no planejamento das cidades, visto o rápido crescimento demográfico e a degradação do meio ambiente (MONTEIRO, 2020). Como observado nas pesquisas levantadas, existem, no Brasil, intervenções bem-sucedidas da educação ambiental no planejamento urbano, que são fundamentais para a melhora desse cenário. Nesse âmbito, além de reeducar suas atividades, é essencial que a população esteja presente nas discussões de planejamento urbano, exigindo as melhorias fundamentais à qualidade de vida no município.

Administrações governamentais centralizadoras, todavia, tendem a evitar o diálogo aberto no planejamento de políticas públicas, que são parte importante da gestão democrática. Ainda conforme autores como Pontes e Farias (2016) políticas nacionais podem influenciar o movimento pela educação ambiental em nível estadual e municipal. Porém, na esfera municipal, ainda são verificadas dificuldades de aproximação entre os órgãos gestores municipais de meio ambiente e educação, que muitas vezes atuam de forma separada, de maneira a desconsiderar a relevância das diferentes entidades na operacionalização da educação ambiental.

As cidades brasileiras têm passado por grandes transformações em um pequeno intervalo de tempo. Neste sentido, é indispensável que se priorizem o direito à moradia digna e a salvaguarda do acesso à qualidade de vida, por meio de uma expansão democrática e não excludente. Para tanto, o planejamento urbano sustentável deve incorporar todos os setores sociais de forma a construir um compromisso entre cidadãos e governo, formando

uma aliança sincronizada de cogestão.

Deste modo, cabe exaltar a verdadeira importância da educação ambiental: a apropriação urbana. Quando a sociedade entende que também é responsável pelo espaço público como um agente atuante sobre o mesmo, desenvolve-se o sentimento de pertencimento. A identificação cultural, social e ambiental que se cria a partir disso é, sem dúvidas, uma poderosa ferramenta na construção de cidades mais humanizadas e com consciência coletiva.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Marcos Henrique G. de; GUTIERREZ, Ruben Huamanchumo. Aspectos relevantes das normas de gestão ambiental e responsabilidade social para a tomada de decisão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 8., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: [S.n.], 2012. p. 1-19.

BONATTO, Inês Terezinha; MAINARDES, Delzeli; MENDES, José Mario; SILVA, Maclovio Corrêa da. Práticas de educação ambiental em espaços públicos da cidade de Curitiba PR. **Revista da Universidade Tecnológica Federal do Paraná**, Curitiba, n. 13, p. 1-13, jan. 2013.

BRANDÃO, Beatriz Helena Bueno; BUENO, Laura Machado de Mello. Intervenções de mobilidade e acessibilidade em programas de urbanização de favelas: análise em São Paulo e Rio de Janeiro de 1996 a 2012. **Arquitetura Revista**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 231-242, 30 dez. 2018.

COMPIANI, Maurício. Contribuição para reflexões sobre o panorama da Educação Ambiental no ensino formal. In: VIANNA, Lucila Pinsard; MUHRINGUER, Sonia Marina. **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. Brasília: MEC, 2001. p. 43-48.

FARIAS, Danielle de Lima; ROSÁRIO, Karla Karoline Leite do; MORAIS, Mateus Souza; BRITO, Fábio Sergio Lima; COSTA, Carlos Eduardo Aguiar de Souza. Políticas públicas de gestão ambiental em uma área urbana da Amazônia: da teoria à prática. **Holos**, Mossoró, v. 8, p. 1-14, 31 dez. 2020.

HJORT, Larissa Cristina; PUJARRA, Samaila; MORETTO, Yara. Aspectos da gestão ambiental pública e privada: análise e comparação. **Ciência, Tecnologia e Ambiente**, Araras, v. 3, n. 1, p. 73-81, set. 2016.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **Educação Ambiental: conceitos e práticas na gestão ambiental pública**. Rio de Janeiro: [S.n.], 2014. 52 p.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], n. 118, p. 189-206, mar. 2003.

LAPA, Tomás de Albuquerque; REIS, *Josimar Vieira dos*; SILVA, *Fabrcio Martins*; TRAJANO; *Rubens Felipe de Paula*; SÁ, *Cecília Sampaio*; CORREIA, *Ícaro dos Santos Barros*. Planejamento Urbano e Educação Ambiental: caminhos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável nas cidades. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v. 6, n. 41, p. 120-131, jan. 2018.

LOPES, Elfany Reis do Nascimento; SOUZA, José Carlos de; ALBUQUERQUE FILHO, José Luiz; LOURENÇO, Roberto Wagner. Gestão de bacias hidrográficas na perspectiva espacial e socioambiental. **Economía Sociedad y Territorio**, [S.l.], p. 1-23, dez. 2019.

MONTEIRO, Adriana Roseno. Educação ambiental: um itinerário para a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida nas cidades. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 830-850, 27 abr. 2020.

OTTONI, Bianca Máira de Paiva; COUCEIRO, Sheyla Regina Marques; CASTRO, Vera Lúcia Lopes de; PEREIRA, Roberto. A outorga do direito de uso dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte. **Holos**, Mossoró, v. 1, p. 57-71, 5 mar. 2011.

PONTES, Lana Glayce Dias Ferreira; FARIAS, Andre Luis Assunção de. O desafio da gestão ambiental municipal: o caso do programa de educação ambiental de Belém. **REMEA: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 33, n. 3, p. 302-319, dez. 2016.

SEARA, Ana Karolina Tanaka; GONÇALVES, Marilson Alves; AMEDOMAR, André de Azevedo. A destinação final dos resíduos sólidos urbanos: alternativas para a cidade de São Paulo através de casos de sucesso. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 96-129, 14 jun. 2013.

TEIXEIRA, Amanda Burgarelli; MARTINS, Mateus de Carvalho. A importância das árvores na cidade de Lavras, Minas Gerais, Brasil: perspectivas de conforto térmico-visual e pertencimento afetivo urbano. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 101-122, jan. 2020.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Centro Histórico 11, 61, 63, 66, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81

Cidade de cambé 11

Cidade do Rio de Janeiro 6

Cidades Brasileiras 9, 33, 34, 35, 38, 59, 82, 88, 92, 126, 132, 142, 146

Cidades Médias 9, 11, 95, 104, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 141, 142, 143, 144

Crescimento Urbano 64, 82, 86, 88, 90

D

Desenho Urbano 148, 149

Desenvolvimento 10, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 19, 25, 26, 28, 33, 34, 35, 36, 39, 53, 54, 55, 61, 63, 64, 65, 87, 88, 92, 99, 100, 104, 130, 131, 136, 140, 141, 142, 146, 148, 155, 159

Diversidade Regional 9

E

Educação Ambiental 9, 10, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

Espaço Público 9, 39

Estudos Urbanos 126, 127, 141, 142, 144

Expansão Urbana 9, 11, 82, 83, 85, 91, 101, 146, 147

F

Formação Urbana 10, 51, 52, 53, 56, 59, 60, 61, 62, 64

G

Georg Simmel 11, 126, 127, 141, 144

M

Metrópole 2, 5, 9, 56, 58, 101, 127, 129, 130, 132, 142, 143

Metropolização 9, 94, 101, 102, 104, 105, 143, 160

Migração 9, 18, 51, 52, 55, 56, 58, 65, 94, 100, 102, 103, 142

Mobilidade Urbana 9, 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10

O

Olimpíadas 2, 6

P

Patrimônio Cultural Edificado 9

Planejamento Urbano e Regional 2, 9, 142

Pobreza 28, 65, 85, 87, 88, 106, 107, 108, 114, 115, 121, 122, 123, 124

Política Pública 10, 1, 8, 50, 90

R

Redesenho Urbano 11, 145, 148

Resíduos Sólidos 9, 36, 40


S

Sustentabilidade 1, 5, 12, 26, 27, 28, 33, 34, 36, 39, 40

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2021

Melhores práticas em planejamento urbano e regional 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2021